

Especialista defende metas para redução de aquecimento

Rubens Born disse em comissão mista que o Brasil poderia adotar objetivos “mensuráveis” e voluntários para diminuir aquecimento global. **Página 8**



Ao lado do deputado Rocha Loures, Rubens Born lança livros sobre mudanças no clima

Senadores de olho no caso da menina presa com homens

Comissão de senadores vai acompanhar investigações sobre situação de mulheres presas em cadeias para homens e analisar caso da jovem agredida no Pará. **Página 6**

Célio Azevedo

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.719 – Brasília, quinta-feira, 29 de novembro de 2007

Célio Azevedo



Arthur Virgílio apresenta relatório; a seu lado, o presidente da CCJ, Marco Maciel

Projeto que pede cassação de Renan vai ao exame do Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem, por 17 votos a 3, projeto de resolução apresentado pelo Conselho de Ética propondo a perda de mandato do senador Renan Calheiros. **Página 3**

Senado faz sessões às segundas e sextas para votar a CPMF

Até 22 de dezembro, o Senado realizará sessões deliberativas às segundas e sextas-feiras para permitir a votação, ainda este ano, de matérias como a prorrogação da CPMF até 2011. **Página 5**

Gerardo Magela



A proposta que prorroga a CPMF foi debatida ontem por mais de três horas em Plenário



Licença-maternidade maior em caso especial

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem projeto de Eduardo Azeredo que aumenta a licença-maternidade em 60 dias em situações que exijam tratamento especial dos bebês. Segundo o projeto, esses casos são os de nascimento prematuro, gêmeos e criança portadora de doença ou má-formação grave. Como foi acolhida em decisão terminativa, a proposta poderá ser encaminhada diretamente ao exame da Câmara dos Deputados. **Página 7**

Seminário busca a paz a partir de políticas de apoio à infância

O presidente interino do Senado, Tião Viana, pediu ontem que o Brasil se esforce para mudar o quadro de abandono da infância. Ele participou do

3º Fórum Senado Debate Brasil, que prossegue hoje. Pedro Simon e Cristovam Buarque defenderam maior apoio às crianças. **Página 6**



José Cruz

Tião Viana (E) e o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, na abertura do seminário

Projeto tornou-se polêmico com emenda da Câmara que altera cobrança do chamado imposto sindical



Acordo foi assumido por Viana em reunião com relatores e líderes sindicais

Viana coloca em pauta hoje projeto das centrais sindicais

O presidente interino do Senado, Tião Viana, reforçou o compromisso de garantir a inversão da pauta do Plenário na sessão deliberativa de hoje, para que possa ser votado o projeto que regulamenta as centrais sindicais e trata da contribuição sindical, conforme acordo firmado entre os líderes partidários. O Projeto de Lei da Câmara 88/07, proposto pelo Executivo, tramita em regime de urgência. Tião Viana anunciou a decisão após encontro com relatores da matéria no Senado, com o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) e diversos líderes sindicais.

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ), relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), esclareceu que um dos maiores desafios enfrentados no longo processo de discussão da matéria foi combater a idéia,

difundida pela imprensa, de que a alteração feita à proposta original por emenda apresentada pelo deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) acabava com o chamado imposto sindical.

Paulo Paim (PT-RS), relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), disse que o projeto que será votado representa um grande avanço nos 24 anos de luta para a legalização das centrais sindicais. Em 90 dias, segundo o senador, o governo enviará ao Congresso Nacional projeto que irá dar nova regulamentação à contribuição negocial.

Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), explicou que a contribuição negocial será voluntária, e que a decisão sobre a sistemática de sua aplicação caberá aos conselhos formados pelas próprias centrais.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Homenagem a Theóphilo Ottoni

Na hora do expediente da sessão deliberativa de hoje, haverá homenagem à passagem do bicentário de nascimento do ex-deputado e ex-senador Theóphilo Ottoni, que atuou no período legislativo do Império. A data de nascimento do parlamentar, que exerceu seis mandatos entre 1835 e 1869, é 27 de novembro de 1807.

Área de livre comércio para Foz do Iguaçu

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realiza hoje, às 11h, reunião extraordinária para deliberar sobre vários projetos. Entre eles, o que dispõe sobre recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte; o que cria a Área de Livre Comércio de Foz do Iguaçu, no Paraná; e o que institui um fundo nacional do meio ambiente para beneficiar municípios com parques nacionais.

Cobrança de ponto adicional de TV a cabo

Às 9h, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) debate proposta que veda a cobrança de ponto adicional de TV a cabo em domi-

cílios. Entre os convidados, estão o superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações

(Anatel), Ara Apkár Minassian, e o presidente executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, Alexandre Annenberg.

Fórum analisa políticas para a primeira infância

Hoje, às 9h30, será aberto o segundo dia do 3º Fórum Senado Debate Brasil sobre "Políticas para a Primeira Infância – Quebrando a

Cadeia da Violência", com palestra do senador Paulo Paim (PT-RS). No período da tarde, às 14h, o senador Marco Maciel dá seguimento ao

evento. A programação completa do encontro e os nomes dos debatedores podem ser vistos na página do Senado na internet.

Indicação de embaixadores

A partir das 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota as indicações dos diplomatas Dante Coelho de Lima para o cargo de embaixador do Brasil na Sérvia e em Montene-

gro; Luiz Antonio Fachini Gomes, para a Guatemala; José Vicente de Sá Pimentel, para a África do Sul, Comores, Lesoto e República de Maurício; e Afonso José Sena Cardoso, para Angola.



Demissão arbitrária de dirigentes sindicais

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se, às 14h, em audiência pública para tratar da problemática inerente à demissão arbitrária de dirigentes sindicais. Participarão da reunião, Otávio

Brito Lopes, procurador-geral do Trabalho; Luiz Antonio de Medeiros Neto, secretário de Relações do Trabalho; Roberto de Figueiredo Caldas, conselheiro federal da OAB e presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais da OAB; Paulo

Marcos Borges Rizzo, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes); e Christian Ramos Veloz, especialista em normas internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Americanos e biocombustíveis

Às 14h30, o presidente da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador João Tenório (PSDB-AL), debate com parlamentares norte-americanos o uso de energias renováveis, especialmente os biocombustíveis.

Francês discute violência infantil

As comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) reúnem-se, às 10h, para debater com o doutor francês Hubert Montagner a importância da prevenção da violência por meio de ações na primeira infância. Haverá tradução simultânea durante o debate, que integra a programação do fórum sobre "Políticas para a Primeira Infância – Quebrando a Cadeia da Violência".

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Efraim Morais, Gerson Camata, Papaléo Paes, Eptácio Cafeteira e Antônio Carlos Valadares

Comissão de Justiça aprova parecer de Arthur Virgílio a projeto de resolução do Conselho de Ética que propõe a cassação do presidente licenciado

Casagrande vê "clima de absolvição"

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) disse ontem que "o clima atual é favorável à absolvição" do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros. Segundo o parlamentar, "a temperatura da crise baixou e a imprensa não está mais dando tanta atenção ao caso".

— Agora estamos em meio a muitas votações que se espera que encerrem o ano de maneira positiva. Ninguém mais quer que um tremor abale o Senado. Além disso, Renan recuou e se licenciou da Presidência — analisou Casagrande, um dos relatores a pedir a cassação do presidente licenciado na primeira representação, arquivada pelo Plenário da Casa em 12 de setembro.

O líder do DEM, José Agripino (RN), desaconselhou as previsões sobre o julgamento de Renan num momento em que o Senado trava um embate em torno da prorrogação da CPMF.

— Não vejo clima nenhum. Meu voto pessoal é pela cassação. Na terça-feira, esse assunto terá de ser tratado com muita responsabilidade — cobrou.

Em entrevista coletiva em que reafirmou seu desejo de suceder Renan, o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) disse que está "tendendo a votar contra a cassação" do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros. De acordo com o parlamentar peemedebista, "a crise que ameaçava colocar a Casa de cabeça pra baixo" já passou. Além disso, observou Garibaldi, o relator da terceira representação, senador Jefferson Péres (PDT), "reconheceu que não há provas muito evidentes".

CCJ envia ao Plenário projeto contra Renan

Por 17 votos a 3, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o parecer do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) de que não há qualquer impedimento de caráter constitucional, legal ou jurídico no projeto de resolução apresentado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar propondo a perda de mandato do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

O projeto de resolução foi apresentado no último dia 14, como consequência da aprovação do parecer de Jefferson Péres (PDT-AM) à representação contra Renan Calheiros apresentada pelo DEM e o PSDB a partir de denúncias de que o senador teria usado "laranjas" para adquirir empresas de comunicação em Alagoas.

Caso a recomendação de Jefferson Péres seja confirmada no Plenário da Casa, em sessão marcada para a próxima terça-



Parecer de Arthur Virgílio (à esq., ao lado de Marco Maciel) é aprovado por 17 votos a 3

feira, Renan não apenas perderá o mandato, como também ficará inelegível até 2019.

Os votos

Os três senadores que votaram contra o parecer de Arthur Virgílio foram Almeida Lima (PMDB-SE), Epitácio Cafeteira (PTB-MA) e Gilvam Borges (PMDB-AP). A líder do PT no Senado, Ideli Sal-

vatti (SC), ressaltou que "o debate quanto ao mérito não cabe neste momento [na CCJ]".

No entanto, ao manifestar seu voto, o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) observou que "o que está em pauta aqui não é apenas essa representação, mas o conjunto da obra". O parlamentar ainda criticou Renan Calheiros

"pelo uso e abuso das prerrogativas de presidente da Casa em defesa própria".

Já o senador Demostenes Torres (DEM-GO) lembrou que Almeida Lima havia apresentado ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedido de liminar para que a votação na Comissão de Justiça fosse secreta, mas não teve seu pleito atendido pela ministra Cármen Lúcia.

Almeida Lima, por sua vez, argumentou que "a ministra feriu de morte o preceito constitucional e não teve nobreza jurídica, sobretudo porque não levou sua decisão ao Plenário do Supremo". Em resposta, Demostenes salientou que "tanto o Conselho de Ética como a CCJ decidiram pelo voto aberto, o que foi endossado pela ministra".

— Ela afirmou que, *a priori*, a decisão pelo voto aberto é constitucional — declarou Demostenes Torres.

Propostas que determinam voto aberto retornam à pauta

Três propostas de emenda à Constituição (PECs) que estabelecem o voto aberto retornaram ontem à pauta do Plenário após deliberação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Essas matérias haviam sido retiradas da ordem do dia porque o senador Almeida Lima apresentou emenda para cada uma delas, fazendo com que voltassem à CCJ — na qual já tinham sido aprovadas antes.

Os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Demostenes Torres (DEM-GO) ressaltaram que o objetivo de Almeida Lima foi procrastinar a tramitação das três PECs. Da forma como foram acolhidas anteriormente, a PEC 38/04, do então senador Sérgio Cabral, e a PEC 86/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR), estabeleciam o voto aberto para os julgamentos de perda de mandato parlamentar. As emendas a essas matérias foram rejeitadas ontem pela CCJ. Elas determinavam que, após a promulgação das respectivas PECs, tanto a Câmara dos Deputados como o



Senadores da CCJ rejeitam mudanças em duas das três propostas de emenda à Constituição

Senado deveriam elaborar resoluções ou normas específicas para definir prazos e procedimentos em até 60 dias (caso da PEC 86/07) ou 90 dias (para a PEC 38/04).

Já a PEC 50/06, do senador Paulo Paim (PT-RS), instituiu o voto aberto para qualquer situação. A emenda de Almeida Lima, assim como nos outros casos, estabelecia que as duas Casas do Congresso teriam de elaborar uma norma específica para tratar de prazos e procedimentos em até 90

dias. Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator da emenda, retirou essa exigência. No entanto, o parlamentar alterou a emenda com o objetivo de restringir os casos de voto aberto.

Com a mudança, o Senado continuaria a deliberar por voto secreto a escolha de, entre outros, magistrados (nos casos estabelecidos na Constituição), ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo presidente da República.

Tião Viana prevê julgamento na próxima terça-feira

Pouco depois de encerrada reunião da Comissão Diretora do Senado, na manhã de ontem, o presidente interino da Casa, senador Tião Viana, informou ter marcado para a próxima terça-feira, às 14h, a sessão em que o Plenário vai deliberar sobre denúncia de que Renan Calheiros faltou com o decoro parlamentar.

Trata-se da acusação de que o presidente licenciado do Senado firmou uma sociedade secreta com o empresário João Lyra para a compra de um jornal e duas emissoras de rádio em Alagoas.

Ao informar aos jornalistas a data que o Plenário irá julgar o projeto que pede a cassação, Tião Viana disse que, em seguida, iria telefonar para Renan Calheiros, a fim de comunicar-lhe a decisão. E comentou:

— Se tem uma pessoa interessada em acabar logo com isso, é Renan — afirmou Viana.

Comissão aprova texto básico do PPA

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o texto básico do projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) para o período 2008-2011. O PSDB votou contra o relatório do deputado Vignatti (PT-SC) por discordar da manutenção, no

texto, de dispositivo que permite que o governo remaneje, sem prévia autorização do Congresso, até 30% das dotações para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) constantes das leis orçamentárias do período. Na hipótese de obstáculos ao

andamento de obras, o governo deseja ter flexibilidade para transferir parte dos recursos para outras que estejam em condições de ganhar maior velocidade.

Dois destaques foram apresentados pelos tucanos para remover o dispositivo e impedir que o Exe-

cutivo promova o remanejamento das verbas do PAC por simples decreto. Segundo o PSDB, a flexibilidade desejada pelo governo afeta as prerrogativas do Congresso e abre espaço para uso eleitoral dos recursos em anos de renovação de mandatos.

Adelmir Santana afirma que proposta de sua iniciativa será mais uma ferramenta em defesa do consumidor e deverá contribuir para a expansão do crédito no país

Consumidor pode ter acesso gratuito a cadastro positivo

Os bancos poderão ser obrigados a disponibilizar aos clientes, por meio eletrônico e de forma gratuita, consulta ao chamado cadastro positivo – informações sobre operações de crédito contratadas nos últimos cinco anos. É o que determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). De autoria do senador Adelmir Santana (DEM-DF), a proposição recebeu voto favorável do relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), e terá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Como forma de proteção aos usuários, o relator ofereceu emen-

das determinando que o cliente seja informado sobre a existência do cadastro no ato de contratação do crédito e que os dados nele contidos sejam fornecidos exclusivamente ao titular da operação. Ele ressalta que o propósito da medida é facilitar o acesso do cliente às suas operações de crédito, sem permitir que tais dados se tornem públicos. Argumenta ainda que a exigência poderá ser implementada sem custos adicionais para os bancos, o que deverá assegurar a gratuidade dos serviços.

Defesa

Na justificativa da proposta (PLS 538/07), Adelmir Santana argumenta que o cadastro posi-

vo será mais uma ferramenta de defesa do consumidor e deverá contribuir para a expansão do crédito.

Na mesma reunião da CCT, os senadores aprovaram 26 pedidos de autorização de funcionamento de emissoras de rádio e televisão, sendo a maioria de responsabilidade de associações comunitárias.

Também constante da agenda do colegiado, o projeto que altera as regras de funcionamento das centrais de atendimento telefônico (*call centers*) foi retirado de pauta a pedido do relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), que deverá apresentar seu voto na próxima reunião da comissão.



Emenda apresentada por ACM Júnior (3º à esquerda) determina que cliente deverá ser informado sobre a existência do cadastro

CCT debaterá interferência de rádios no tráfego aéreo

A interferência provocada pelas rádios clandestinas nas comunicações entre os pilotos e os centros de controle do tráfego aéreo no país será debatida em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conforme requerimento de Valter Pereira (PMDB-MS) aprovado ontem pelo colegiado. De acordo com o senador, o debate permitirá a busca de soluções para evitar transmissões irregulares de emissoras

nas imediações de aeroportos, que colocam em risco a segurança de tripulantes e passageiros.

Direitos autorais

Também foi acolhido pela comissão requerimento de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) propondo a realização de debate sobre o Projeto de Resolução 50/07, que condiciona a concessão e a renovação de autorização para funcionamento de rádios e TVs à comprovação, junto ao Escritório Central de Arrecadação e Distri-

buição (Ecad), de pagamentos de direitos autorais por músicas executadas pelas emissoras solicitantes da outorga.

O autor do projeto, Marcelo Crivella (PRB-RJ), considera que a nova exigência deverá contribuir para reduzir a inadimplência constatada pelo Ecad. A proposta deverá ser votada após a realização da audiência pública, que terá a participação do presidente da Abert, Daniel Pimentel Slaviero, entre outros convidados.



Em cerimônia no Salão Nobre, Tião Viana (E) recebe o grão-duque Henri e delegação

Grão-Ducado de Luxemburgo quer estreitar as relações com o Brasil

Estreitar as relações entre Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo. É esse o objetivo da vinda ao país do grão-duque Henri de Luxemburgo e de uma delegação de empresários daquele país europeu, segundo informou ao presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), o próprio chefe de Estado, em visita à Casa na tarde de ontem.

Ao recepcionar o grão-duque, Tião Viana falou sobre as estratégias que vêm sendo adotadas pelo governo brasileiro para implementar uma melhor distribuição de renda. Disse que, no esforço pelo fortalecimento das relações

especialmente com os países da América Latina, África e Sudeste Asiático, o Brasil tem se tornado uma nação mais solidária. Participaram do encontro os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

Da delegação de 117 pessoas de Luxemburgo, 62 são empresários que, de acordo com o grão-duque, têm participado de reuniões e seminários com o objetivo de conhecer melhor a situação do Brasil e explicar o cenário de Luxemburgo para incentivar o intercâmbio.

Mudanças no Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura

Projeto de lei da Câmara (PLC 123/06) que institui a representação federativa no plenário do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) foi aprovado ontem pela CAS. A proposta determina que cada estado e o Distrito Federal serão representados por um dos profissionais abrangidos pelo respectivo conselho profissional.

O sistema compreendido pelo Conselho Federal e pelos conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Creas) é o maior complexo de fiscalização e normatização do exercício de profissões do país, com cerca

de 850 mil profissionais jurisdicionados. A proposta modifica a representação das escolas superiores de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e acrescenta uma cadeira para representantes das instituições de ensino técnico.

Ecólogo

Também foi acolhido projeto (PLC 91/06) que regulamenta a profissão de ecólogo e substitutivo à proposta (PLC 64/07) que caracteriza como infrações à legislação sanitária federal a instalação e o funcionamento de serviços e aparelhos de bronzeamento artificial sem a licença do órgão competente.

Mão Santa mostra indignação com queda do PIB *per capita* do Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) mostrou ontem, em Plenário, indignação pela queda do produto interno bruto (PIB) *per capita* do Piauí, conforme indica pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada na segunda-feira.

O estado do senador, segundo

a pesquisa, registra o menor PIB *per capita* do Brasil – de R\$ 3,7 mil. Por sua vez, o Maranhão agora ocupa o 26º lugar no *ranking* da renda *per capita*, com R\$ 4.150, invertendo sua posição com o Piauí em relação à série anterior.

– Que desculpa o governo do

Piauí, do PT, vai inventar desta vez? Vai contestar o IBGE? Vai dizer que o Piauí cresceu muito, mas outros estados cresceram mais? – questionou o parlamentar.

Mão Santa lamentou o fato de o estado, cujo governador, Wellington Dias, é correligionário

do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não conseguir ganhos.

O senador disse que agora “cai por terra” a propaganda oficial apontando o desenvolvimento do Piauí, e que essa unidade da Federação está como “rabo de cavalo, crescendo para baixo”.



Mão Santa: “Cai por terra a propaganda apontando o desenvolvimento do estado”

Plenário aprova indicações de autoridades

O Plenário do Senado aprovou ontem mensagens presidenciais com indicações para cargos na diretoria do Banco Central, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), na Agência Nacional de Petróleo (ANP), no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e em embaixadas do Brasil em vários países.

Para o Banco Central, foram aprovadas as indicações de Maria Celine Berardinelli Arraes (Assuntos Internacionais), Alvir Alberto Hoffman (Fiscalização) e Anthero de Moraes Meirelles (Administração).

Para a diretoria da Agência Nacional de Petróleo, foi aprovado Haroldo Borges Lima e, para a Diretoria de Infra-Estrutura Ferroviária do Dnit, Rômulo do Carmo Ferreira Neto.

Tribunal

Os senadores aprovaram também a indicação dos desembargadores Jorge Mussi (Santa Catarina) e Sidnei Agostinho Beneti (São Paulo) para ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Também foram aprovadas pelo Plenário as indicações dos diplomatas Carlos Antonio da Rocha Paranhos, para a embaixada do Brasil na Rússia e Belarus; Marco Antonio Diniz Brandão, para a embaixada do Brasil na Índia, Nepal e Bangladesh; e Carlos Augustos Santos Neves, para o Reino Unido de Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Acordo Brasil-EUA facilita compra de imóvel diplomático

Acordo firmado entre os Estados Unidos e o Brasil para facilitar a aquisição de imóveis destinados à instalação de embaixadas e consulados foi acolhido ontem pelo Plenário do Senado. O acordo, celebrado em Brasília em junho, reduz os trâmites burocráticos entre os dois países na transferência de titularidade de imóveis diplomáticos.

Plenário entra no segundo dia de discussão da CPMF. Tião Viana espera apoio da oposição ao cumprimento dos prazos regimentais

Senado faz sessões deliberativas às segundas e sextas até o dia 22

O presidente interino do Senado, Tião Viana, anunciou ontem que, até o dia 22 de dezembro, a Casa realizará sessões deliberativas às segundas e sextas-feiras, a fim de permitir a votação, ainda neste ano legislativo, de matérias como a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Em discussão no Plenário desde terça-feira, a CPMF poderia, regimentalmente, ser votada na próxima semana. Entretanto, com a anunciada disposição dos senadores oposicionistas de apresentar emendas na última sessão de discussão, a proposta deve retornar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – o que adiaria a vota-

ção em primeiro turno para 14 de dezembro.

A convocação, segundo Tião Viana, dará uma margem de segurança para votar a CPMF no presente exercício legislativo. “Eu entendo que, assim, os prazos estarão mais bem aproveitados e, pelo que se observa no comportamento da oposição, ela não terá nenhuma restrição quanto ao bom cumprimento dos prazos regimentais”, justificou.

Barganhas

Indagado sobre a suposta utilização de barganhas, por parte do governo, para convencer senadores resistentes a votarem pela prorrogação da CPMF, assunto tratado por alguns jornais, Tião Viana falou

especificamente do caso do senador Mesquita Júnior (PMDB-AC). O parlamentar acreano se disse vítima de assédio por parte de um funcionário do Palácio do Planalto que lhe teria oferecido a liberação de emendas ao Orçamento em troca do voto favorável a esse tributo.

– Determinei ao corregedor, senador Romeu Tuma [PTB-SP], que não deixe qualquer dúvida sobre esse assunto. Ele já procurou o senador citado no suposto assédio moral e já está tratando disso, com absoluta isenção e imparcialidade, procurando todo o esclarecimento necessário para assegurar que a Casa trabalhe com inteira liberdade, com inteira condição de tomar a decisão concernente à CPMF.

Em três horas de debate, argumentos contra e a favor

Por mais de três horas, os senadores debateram ontem a proposta que prorroga a CPMF. “Se derrotarmos a CPMF estaremos no mínimo obrigando o governo a cortar gastos públicos”, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR), primeiro orador a falar no segundo dia de discussão da matéria.

O líder do DEM, José Agripino (RN), confessou estar animado e confiante de que o Senado rejeite a proposta. Ele registrou que encontro realizado ontem contou com a presença de 32 senadores que assumiram o voto contrário à PEC 89 – no dia anterior, apenas 28 compareceram.

Wellington Salgado (PMDB-MG) desafiou os senadores que votam contra a prorrogação da CPMF a assumirem que são contra a saúde, a previdência e o fundo de combate a pobreza.

Diálogo

Aloizio Mercadante (PT-SP) disse não entender o caminho que a oposição trilha e reafirmou que está aberto ao diálogo e à negociação.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), observou que gostaria de ver o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ir à TV “não para fazer suas habituais troças da oposição ou dizer suas trivialidades”, mas externar preocupação

com o futuro do país.

João Pedro (PT-AM) classificou de impatriótica a atitude de tirar o programa Bolsa-Família das pessoas mais necessitadas da população.

Lembrando que o PT, quando esteve na oposição, votou contra e nem sequer cogitou debater assuntos como a CPMF e o Fundef, Kátia Abreu (DEM-TO) criticou a “memória curta” dos petistas.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) afirmou que rejeitar a CPMF é a chance que o Senado tem de obrigar o governo a promover um ajuste fiscal nas contas públicas e patrocinar a reforma tributária.



“Espero não ter que voltar a este Plenário para dizer que fui estúpido”, diz Cristovam

Cristovam anuncia acordo por mais verba para educação

Após fechar um acordo com o governo que garantirá mais recursos para a educação, Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou ontem que votará favoravelmente à prorrogação da CPMF.

Cristovam disse não ver problema na CPMF, mas sim no fato de a proposta que a renova prorrogar também a Desvinculação de Recursos da União (DRU), que permite ao governo retirar 20% dos recursos vinculados, como os da educação.

Cristovam afirmou que o governo se comprometeu a reduzir, a partir do próximo ano, o percentual de desvinculação dos recursos da educação. De acordo com o senador, a desvinculação seria reduzida dos atuais 20% para 15% em 2008; 10% em 2009; 5% em 2010; e zerada em 2011. Com isso, frisou o senador, a educação terá a mais, até 2011, R\$ 7,7 bilhões.

O senador lembrou que já foi enganado pelo governo em acordo anterior, mas disse que desta vez vai pagar para ver e passou a responsabilidade de avalista desse novo acordo para o companheiro de partido e ministro do Trabalho, Carlos Lupi. Cristovam ressaltou que ser enganado uma vez é ingenuidade, mas duas vezes é estupidez.

– Espero não ter que voltar a este Plenário para dizer que fui estúpido – enfatizou.

Votação na Câmara

Osmar Dias (PDT-PR) pediu ao governo que oriente sua bancada na Câmara a aprovar PEC elaborada pela Comissão de Educação em 2003, quando ele era o presidente da CE, e aprovada no mesmo ano pelo Plenário, que retira da DRU as verbas para o desenvolvimento do ensino, educação, ciência e tecnologia.

– Basta mandar sua base na Câmara votar. Se existe essa emenda, é só votar – sugeriu Osmar Dias.

Jucá está confiante; Ideli diz que governo fez concessões

Os líderes do governo, Romero Jucá (PMDB-RO), e do PT, Ideli Salvatti (SC), disseram estar confiantes na aprovação da proposta de emenda à Constituição que prorroga os prazos de vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Recursos da União (DRU).

Jucá afirmou ser possível que a proposta seja votada em Plenário, em primeiro turno, já na próxima quinta-feira. Ele assinalou que o governo está buscando mais votos favoráveis à prorrogação, mas dis-



Jucá prevê votação da proposta em primeiro turno no dia 6



Ideli acredita que a proposta, com as mudanças, ficou irrecusável

se não saber quantos já estão garantidos.

Ideli observou que o governo cedeu em alguns pontos nas negociações para prorrogação da contribuição: isenção da CPMF para quem ganha até R\$ 2.824; diminuição gradual da alíquota; e, agora, a retirada da área de educação da Desvinculação dos Recursos

da União.

– Foi um acréscimo na proposta que eu acho que a torna irrecusável – disse a senadora, acrescentando que os parlamentares que não aprovarem a PEC “terão muita dificuldade para se explicar em casa”.

Serys diz que Senado tem a obrigação de procurar evitar que “barbárie” ocorrida no Pará fique impune e que os responsáveis sejam apenas afastados de suas funções

Fátima Cleide quer melhor condição para presidiárias

Fátima Cleide (PT-RO) afirmou que os estados precisam se adaptar à Lei Maria da Penha, com a criação de varas específicas de atendimento à mulher vítima de violência. A senadora condenou a prisão de uma jovem de 15 anos em uma cela com homens, no Pará, e disse que os governadores devem atuar em parceria com a União, a fim de aperfeiçoar o sistema prisional e levar condições dignas às presidiárias.

– Uma das violações são os inadequados prédios para as presidiárias, a grande maioria, como em meu estado, locações readeptadas. Não há presídio feminino em Rondônia. Na capital, Porto Velho, existe apenas um espaço vinculado à antiga central de polícia, uma espécie de calabouço, que já motivou diversas manifestações de insatisfação por parte das detentas – relatou.

Para Mário Couto, tortura teve ação de policiais

Mário Couto (PSDB-PA) levantou a suspeita de que a menina presa no Pará em uma cela com 20 homens foi torturada por “alguma autoridade”. O senador disse que “seria impossível” que o delegado ou os policiais deixassem com os presos o facão usado para cortar o cabelo da menor.

– Os presos não fizeram aquilo sozinho, e isso tem de ser investigado – protestou o parlamentar, que voltou a criticar a governadora Ana Júlia Carepa, do PT.

Para Mário Couto, quando a governadora diz saber que em outros governos fato semelhante aconteceu, “ela está confessando o próprio crime”. Atendendo a sugestão de Romeu Tuma (PTB-SP), Mário Couto anunciou que enviará abaixo-assinado ao Ministério Público do Pará pedindo providências.



Flexa Ribeiro afirma que abuso contra adolescente na prisão abalou imagem do país

Comissão especial vai analisar situação feminina em presídio

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) solicitando a criação de uma comissão especial destinada a acompanhar as investigações sobre a situação de mulheres presas em cadeias para homens e analisar os problemas ocorridos no Pará e em outros estados brasileiros.

No município paraense de Abaetetuba, uma menina de 15 anos passou 28 dias presa numa cela com 20 homens adultos, onde sofreu abusos sexuais diários. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) condenou o fato e disse que a imagem internacional do Brasil ficou abalada pelo flagrante atentado aos direitos humanos. Ele também criticou o que chamou de negligência do governo estadual e o silêncio do governo federal, e cumprimentou o

Conselho Tutelar de Abaetetuba, que fez a denúncia.

– A denúncia veio a público em 19 de novembro. Somente em 22 de novembro a governadora Ana Júlia Carepa manifestou-se sobre o assunto. A governadora nesse período preferiu dançar carimbó aqui no Senado e se reunir com empresários no Rio de Janeiro. Não fosse a ação do conselho tutelar, possivelmente a menina estaria até hoje sendo submetida a estupro e violências – destacou.

Barbárie

Na justificativa do requerimento, Serys disse que o Senado tem a obrigação de se posicionar firmemente e, por meio da comissão especial, procurar evitar que a barbárie fique impune e que os responsáveis sejam apenas afastados de suas funções.

Indignação e protesto marcam sessão contra violência à mulher

Protestos e indignação dos parlamentares pelos abusos contra a adolescente que ficou 28 dias presa no Pará em uma cela com 20 homens marcaram, ontem, a sessão especial do Congresso em comemoração ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, celebrado em 25 de novembro. Os oradores destacaram que a Lei Maria da Penha completou um ano. A sessão foi presidida pelo vice-presidente da Câmara, Nárcio Rodrigues (PSDB-MG).

A senadora Serys Slhessarenko

(PT-MT) sugeriu uma comissão no Senado para examinar o sistema carcerário feminino no país. Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou que a semana foi “muito difícil para as mulheres” com a divulgação do crime no Pará. Já Roseana Sarney (PMDB-MA) observou que gostaria que o dia internacional “não fosse necessário”. Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou as declarações do delegado-geral do Pará, Raimundo Benassuly, de que a menina teria problemas mentais por não ter informado que era menor.

Fórum deve orientar propostas para combater violência contra menores

“Um marco divisório no nosso tempo.” Foi assim que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) definiu o 3º Fórum Senado Debate Brasil, sob o tema “Políticas para a Primeira Infância – Quebrando a cadeia da violência”, que se encerra hoje. Na abertura dos trabalhos, ontem, Simon afirmou que o evento será um capítulo importante pelo fim da banalização da vida e pelo resgate do verdadeiro conceito de humanidade, e que deverá propiciar “uma mudança de valores, de atitudes e de referências”.

– Estou certo de que esse nosso encontro irá muito além da emoção, da comoção e da indignação: é preciso que esses sentimentos se transformem em ação – disse.

A solenidade de abertura do fórum contou com a presença do presidente interino do Senado, Tião Viana, bem como do representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil. Estiveram presentes ainda as senadoras Marisa Serrano (PSDB-MS), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Patrícia Saboya (PDT-CE), os

senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Augusto Botelho (PT-RR), o deputado Osmar Terra e Liliane Mendes Penello, esposa do ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Cristovam Buarque, que juntamente com Simon propôs o tema do fórum deste ano, destacou citação da ex-senadora Heloísa Helena de que “o Brasil precisa adotar apenas uma geração para que seus problemas sejam resolvidos”. Cristovam incitou os participantes a criarem meios de investir, pelo menos, nos sete primeiros anos de toda uma geração.

Ao pedir que o Brasil se esforce para mudar o quadro de abandono da infância, Tião Viana lembrou que atualmente aguardam deliberação no Senado 29 proposições relacionadas com planejamento familiar, gravidez de adolescente, exame pré-natal, aleitamento materno, funcionamento de creches, violência doméstica e violência contra a criança. Ele disse lamentar que essas matérias não produzam consequências rápidas e eficazes para a infância.



Tião Viana (D), ao lado de Arlindo Chinaglia, fala no Fórum Senado Debate Brasil

Patrícia Saboya defende licença de seis meses

Ao participar do fórum, Patrícia Saboya (PDT-CE) lembrou que o Senado aprovou recentemente um projeto de lei de sua autoria que amplia a licença-maternidade de quatro para seis meses. A senadora afirmou que a iniciativa é importante por aumentar o contato da mãe com o recém-nascido, o que ajudaria a criar um laço maior entre os dois.

– Existe hoje uma compreensão maior do que é a primeira infância, e de como os primeiros anos são fundamentais para o desenvolvimento físico e intelectual – destacou Patrícia em defesa da proposta (PLS 281/05).

Especialista analisa fatores que levam o jovem à delinquência

Durante a realização do 3º Fórum Senado Debate Brasil – Políticas para a Primeira Infância, o professor Antônio Márcio Lisboa lançou, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, o livro *A primeira infância e as raízes da violência*.

A publicação analisa fatores que transformam uma criança em um delinquente e discute o papel da polícia, do Judiciário e das instituições de ressocialização. Para Lisboa, investimento só nas polícias ou em presídios pouco adianta para combater o problema. Participaram do evento Cristovam Buarque, Pedro Simon e Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Especialistas querem alterar leis sobre adoção

Durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre o sistema de adoção de crianças, especialistas defenderam a flexibilização dos processos de adoção no Brasil. O debate, que contou com depoimentos de mulheres que lutam na Justiça para adotar as crianças que já convivem com elas, foi uma iniciativa de Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, e de Magno Malta (PR-ES).

O promotor de Justiça da Infância e Juventude de Divinópolis (MG), Carlos José da Silva Fortes, sugeriu o estabelecimento de limite máximo de permanência de crianças em abrigos. Já o promotor de Justiça e presidente da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (Angaad), Sávio Bittencourt, afirmou que as crianças de abrigos possuem menos direitos do que criminosos. Ele disse que esses têm direito a prazo máximo de pena, entre outros benefícios, enquanto as crianças de abrigos permanecem em tais instituições por muitos anos.

Suplicy lança livro com coletânea de artigos

Em cerimônia no Salão Negro do Senado, Eduardo Suplicy (PT-SP) lançou o livro *Um notável aprendizado: a busca da verdade e da justiça do boxe ao Senado*, uma seleção de artigos escritos por ele entre 1997 e 2007, em que lembra sua atuação como pugilista na juventude e analisa os episódios que marcaram a política, a economia e a vida social no Brasil e no mundo. Entre os temas estão o governo Luiz Inácio Lula da Silva, a missão brasileira no Haiti e projetos de transferência de renda, como o renda básica de cidadania. Além de senadores, estiveram presentes o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e o ministro extraordinário de Ações Estratégicas, Roberto Mangabeira Unger.

Autor de proposta, Azeredo diz que aprovação “constitui ato de respeito à maternidade e à infância”



Presidida por Patrícia Saboya, CAS aprova matéria que prevê benefício extra financiado pelo orçamento da Seguridade

Licença-maternidade poderá ter mais 60 dias em casos especiais

Em decisão terminativa, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que aumenta a licença-maternidade em 60 dias em casos que demandem tratamento especial dos bebês – nascimentos prematuros, crianças portadoras de doenças ou má-formação grave e gêmeos.

O projeto (PLS 300/07) assegura ainda que esse período adicional de licença-maternidade dará direito ao salário-maternidade, cujas despesas serão garantidas pelas dotações próprias do orçamento da Seguridade Social. A relatora da matéria, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), acolheu o texto com emendas. Uma dessas emendas determina que a lei entrará em vigor no primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.

– Cremos que a iniciativa resolve, em parte, o problema ao atribuir a responsabilidade pelo custeio à conta das dotações próprias do orçamento da Seguridade Social – afirmou a relatora, ao lembrar que a Constituição estabelece que nenhum benefício ou serviço da seguridade social



Crianças prematuras e gêmeos são hipóteses citadas por Azeredo

poderá ser criado sem a correspondente fonte de custeio total.

Necessidade

Na justificativa da proposta o autor destaca que, “ainda que o prazo de concessão atual da licença-maternidade seja bastante razoável para a maioria das situações, há casos que demandam tratamento especial”. Essas situações, lembra Eduardo Azeredo, fazem com que

a presença materna torne-se ainda mais indispensável que o normal, “em razão de circunstâncias específicas que cercam a gestação ou o nascimento”.

Azeredo observa que alguns países já reconhecem essa necessidade e têm regras específicas para as situações especiais para a licença-maternidade. São os casos de Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Itália, Lituânia, Luxemburgo, México e Rússia.

Para o senador, a aprovação do projeto, além de colocar o Brasil de acordo com a tendência internacional no tratamento da licença-maternidade, “constitui um ato de respeito fundamental à maternidade e à infância”.

Acidentes de trânsito e acessibilidade urbana em debate

Os acidentes de trânsito como principal causa de deficiência física no Brasil e a acessibilidade urbana serão temas de audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) no dia 12 de dezembro. O debate ocorrerá por ocasião da III Semana de Valori-

zação da Pessoa com Deficiência.

Proposta nesse sentido, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi aprovada pela CAS ontem. Serão convidados os ministros da Saúde, das Cidades e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Por-

tadora de Deficiência (Copnad).

Também foi aprovado requerimento da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) para realização de audiência pública hoje, em conjunto com a Comissão de Educação (CE), destinada a discutir a importância da prevenção da violência por meio de ações na primeira infância.

Projeto proíbe descontos por cheques sem fundo

A Comissão de Assuntos Sociais acolheu ontem, em decisão terminativa, projeto do senador César Borges (PR-BA) que proíbe descontos nos salários de trabalhadores – como caixas de supermercados, garçons e frentistas – de valores relativos a pagamentos feitos por usuários por meio de cheques sem provisão de fundos ou de cartões de crédito clonados.

Pela proposição (PLS 194/07), também fica proibido desconto nos salários de valores que tenham sido roubados ou furtados no estabelecimento e registrados em boletim de ocorrência policial. O texto determina ainda que acordos e convenções coletivos fixarão regras acautelatórias para o recebimento de cheques bancários, cartões de crédito ou de débito e para a guarda de valores resultantes dos serviços prestados no estabelecimento.

César Borges afirma, na justificativa do projeto, que o art. 462 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já veda descontos não autorizados por lei ou instrumento coletivo sobre o salário devido aos trabalhadores. No entanto, empregadores inescrupulosos, assinala o parlamentar, valem-se de subterfúgios os mais variados para burlar a lei.

O relator na CAS, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), já havia apresentado parecer favorável ao projeto de César Borges no último dia 31, quando foram iniciadas a discussão e a votação da matéria.



Serys Silhessarenko admite hipótese de crime de mando

Serys lamenta assassinato de professores da UFMT

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) lamentou ontem o assassinato de três colegas da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Um homem encapuzado, segundo testemunhas, abordou os três professores quando chegavam de uma viagem e atirou. Serys acredita que pode tratar-se de crime de mando, pois a polícia já descobriu que os professores queriam dar celeridade ao processo de desapropriação de uma fazenda ligada a organizações criminosas para anexá-la à universidade.



Gerson Camata: governo Lula fez mais pelo estado do que o anterior

Camata anuncia visita de Lula ao Espírito Santo

“Ouso dizer que, com cinco anos de governo, o presidente Lula já fez mais pelo Espírito Santo do que o realizado nos oito anos do governo anterior.” A comparação foi feita pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), ao anunciar a visita que o presidente Lula fará a municípios capixabas para inaugurar diversas obras. Em Vitória, capital do estado, Lula participará da inauguração da expansão da Companhia Siderúrgica de Tubarão, que terá capacidade para produzir 7,5 milhões de toneladas de aço por ano.

Comissão Mista de Mudanças Climáticas promove lançamento de publicações que visam contribuir para a elaboração de políticas setoriais para florestas, biodiversidade e energia

Proposta: Brasil deveria adotar metas para reduzir aquecimento

O Brasil poderia adotar objetivos “mensuráveis” e voluntários em relação ao aquecimento global, recomendou ontem o coordenador do grupo de trabalho sobre o clima do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Fboms), Rubens Born. Somente dessa forma, alertou, será possível verificar se o país está adotando as medidas corretas de combate às mudanças climáticas.

– Se temos metas para a inflação, o superávit primário e a redução da pobreza, poderíamos também fazer um debate nacional sobre o estabelecimento de metas mensuráveis sobre temas relativos à questão climática, como a eficiência no uso de energia – sugeriu Born, também coordenador da ONG Vitae Civilis, em resposta a uma pergunta de Delcídio Amaral (PT-MS), durante reunião da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas destinada ao lançamento de duas publicações do fórum.

As duas publicações – *Mudanças Climáticas e o Brasil* e *Governança Ambiental Internacional*, ambas disponíveis para download



Rubens Born sustenta necessidade de discussão em nível nacional

nos endereços eletrônicos www.vitaecivilis.org.br e www.fboms.org.br – objetivam, segundo os representantes do fórum, a ampliar o debate a respeito da questão da mudança climática. Os textos contêm contribuições para políticas setoriais em áreas como florestas, biodiversidade, energia e eficiência energética.

Alternativas

Delcídio ressaltou o exemplo de países como Alemanha e Espanha, que já dispõem de grandes parques geradores de energia a partir dos ventos, e quis saber a opinião dos representantes de entidades ambientalistas concernente à construção da usina nuclear de Angra 3 e das usinas hidrelétricas no rio Madeira. O integrante do grupo de trabalho sobre energia do Fboms Ivan

Marcelo Neves disse que o Brasil, antes de construir novas usinas, deveria promover um esforço de eficiência energética e de reforma das atuais hidrelétricas.

A gerente-executiva do Fboms, Esther Neuhaus, afirmou que a distribuição da publicação *Governança Ambiental Internacional* destina-se principalmente a ampliar o debate no Brasil e na América Latina sobre as discussões globais referentes ao tema. Ela recordou que as discussões ambientais ainda hoje estão muito restritas aos países desenvolvidos e observou que, neste momento mesmo, encontra-se em andamento um debate a respeito da reforma dos organismos da Organização das Nações Unidas (ONU) ligadas ao meio ambiente.

Ao mencionar que integra o Parlamento do Mercosul, Inácio Arruda (PCdoB-CE) logo pediu a Esther que seja feita uma tradução para o espanhol da nova publicação, a fim de que o debate se estenda aos países vizinhos. Ele lembrou ainda que a integração energética da América do Sul tem sido um dos primeiros assuntos tratados pelo novo parlamento.

Euclides Mello manifesta preocupação com taxistas



Euclides Mello

O senador Euclides Mello (PRB-AL) manifestou ontem preocupação com os consumidores de gás natural veicular (GNV) depois que o combustível sofreu aumento de preço em decorrência de uma crise de fornecimento de gás da Bolívia. Ele se referiu principalmente aos taxistas de Alagoas e de São Paulo, que, segundo afirmou, estão apreensivos com as manifestações de desestímulo ao uso do GNV pelo próprio governo brasileiro.

– Hoje existe mais de 1,5 milhão de veículos GNV no país, a maioria pertencente a taxistas – alertou o senador, reclamando uma política governamental para o gás natural.

Lembrando que o GNV é mais barato que a gasolina e o álcool, Euclides culpou a controladora de preços de combustíveis, a Petrobras, pelo aumento do valor do GNV.

Delcídio registra esforço para oferecer gás natural

O governo federal está realizando “um trabalho intenso” para garantir o abastecimento de gás natural, segundo Delcídio Amaral (PT-MS). O senador disse que a utilização do gás natural já compreende 10% da matriz energética brasileira. O Brasil produz 40 milhões de metros cúbicos de gás diariamente e importa 30 milhões da Bolívia. Ele informou que de 2008 a 2012 a Petrobras deve investir US\$ 18 bilhões na produção e na infra-estrutura de gás. Com isso, acredita Delcídio, a previsão é chegar a 2012 produzindo 70 milhões de metros cúbicos diários.

O parlamentar afirmou ainda que outra questão importante para o Brasil é a integração energética com os países vizinhos, como a construção de uma hidrelétrica em conjunto com a Argentina e a utilização de gás natural peruano.

Delcídio também prestou solidariedade à população do estado de Mato Grosso em virtude dos assassinatos de três professores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) na madrugada de ontem.



Delcídio (D) participa de debate; a seu lado, João Tenório, João Durval e Osmar Dias

Especialistas temem os riscos da dependência externa de fertilizante

O crescente aumento da importação de adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas é um forte ingrediente para o desequilíbrio da agricultura brasileira. Essa foi a maior preocupação externada por representantes de entidades ligadas ao setor agrícola durante audiência pública promovida ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A dependência cada vez maior da agricultura brasileira em relação ao mercado externo de fertilizantes também preocupa Osmar Dias (PDT-PR). Para ele, o fato torna-se mais inquietante quando os três países que mais consomem fertilizantes – Estados Unidos, China e Índia – aumentaram suas demandas nos últimos quatro anos. Com isso, segundo observou o senador, os preços dos fertilizantes sofreram majoração.

Kátia Abreu (DEM-TO) defendeu um firme combate ao que classificou de cartel que opera no

setor e controla toda a venda de fertilizantes no país. A senadora também se posicionou contrária à taxa sobre a importação de fertilizantes; pediu a derrubada de taxas *antidumping* do nitrato de amônia oriundo da Rússia e da Ucrânia – “taxa desnecessária que encarece o produto e beneficia meia dúzia de empresas”, segundo ela –; além da extinção do Fundo da Marinha Mercante.

Os representantes de entidades ligadas ao setor de fertilizantes, a exemplo do diretor de Agronegócio da Fiesp, Benedito Ferreira, solicitaram também isonomia tributária. É que, conforme afirmaram, enquanto os produtos importados têm alíquota zero, os produtos nacionais pagam 10% de ICMS. Já Alexandre de Barros, da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), defendeu a adoção de uma alíquota de 3% de ICMS tanto para os produtos internos quanto para os externos.

Aprovado projeto que garante preço mínimo à carne suína

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem parecer de Raimundo Colombo (DEM-SC) a projeto de lei (PLS 348/07) de Valdir Raupp (PMDB-RO) que inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Com o preço mínimo garantido, observa Raupp, a carne suína estaria protegida de eventuais crises externas, a exemplo da ocorrida em 2005, com o embargo imposto pela Rússia à suinocultura de Santa Catarina, o que, observou, causou grandes prejuízos ao estado e aos produtores.

O projeto segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa.

Pesca

A CRA acolheu ainda parecer de João Durval (PDT-BA) a pro-



Projeto de Raupp segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos

projeto (PLS 57/01) de Alvaro Dias (PSDB-PR) que responsabiliza os proprietários ou concessionários de represas pelo fomento à aquicultura e ao peixamento (promoção da piscicultura em lagos, açudes e outros), com a finalidade de elevar a população dos peixes próprios de uma determinada região.